

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

SUMÁRIO

ITEM	ASSUNTO
1	DO OBJETO
2	DA JUSTIFICATIVA
3	DA PROPOSTA DE PREÇO
4	DAS DESCRIÇÕES E DOS QUANTITATIVOS
5	DA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA
6	DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO
7	DA GARANTIA
8	DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE
9	DO PAGAMENTO
10	DA SUBCONTRATAÇÃO
11	DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
12	DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE
13	DA SUSTENTABILIDADE
14	DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
-	APÊNDICE A – FORMAS E DIMENSÕES

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de 20 cones de sinalização para serem utilizados nos estacionamentos do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro/TCMRio, de acordo com as especificações e condições estabelecidas neste Termo de Referência - T.R.

1.2. O critério de julgamento será o menor preço por item.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. A presente aquisição tem por finalidade aquisição de cones de sinalização visa o organizar o fluxo de veículos, delimitar vagas e garantir maior segurança aos servidores e visitantes conforme mencionado no ETP/Simplificado.

3. DA PROPOSTA E PREÇO

3.1. Os materiais serão entregues pelo preço constante da proposta da Contratada que será fixo e irreajustável, englobando: taxas, fretes, seguros, os custos diretos e indiretos, as despesas trabalhistas, previdenciárias, fiscais, financeiras e quaisquer outras julgadas essenciais ao cumprimento do objeto deste Termo.

3.2. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

3.3. O preço proposto será fixo e irreajustável.

LICITAÇÃO POR DISPENSA ELETRÔNICA Nº TCMRio 22/2026

4. DA DESCRIÇÃO E DOS QUANTITATIVOS

4.1. Encontram-se abaixo as especificações e os quantitativos:

Item	Descrição	Un.	Qtd.
1	Cone Flexível Laranja NBR 15071 Altura do Cone: 75cm Base: 40x40cm Sustentação: 8 sapatas Cor do Cone: Laranja Cor da Faixa Refletiva: Branca Quantidade de faixas: 2 Material da faixa antiderrapante PVC micro prismático Furo duplo no topo do cone Referência: Marca PLASTCOR ou similar	Un.	20

5. DA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA

5.1. Caso o material ofertado não seja o indicado como referência, o TCMRio poderá solicitar à empresa detentora do menor preço o envio da documentação técnica proveniente do fabricante do produto (exemplo: catálogos, prospectos, folders, cópia impressa de página do site na Internet) que comprove o atendimento às especificações exigidas neste T.R.

5.1.1. Esta solicitação se dará após o encerramento da etapa de envio de lances, devendo a documentação mencionada ser encaminhada via Sistema Eletrônico (opção "Enviar Anexo"), no prazo previsto no Aviso, contado da solicitação do Pregoeiro no chat do Sistema Eletrônico.

5.2. Constatado o atendimento às exigências fixadas no Aviso, a empresa será declarada vencedora provisória, com o prosseguimento do certame para etapa de habilitação.

5.3. DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO

5.4. O prazo de entrega é de **30 (trinta) dias corridos**, após o TCMRio receber o aceite da empresa Contratada na Nota de Empenho, na forma do item 7 deste T.R.

5.5. A entrega deverá ser realizada na Divisão de Material e Patrimônio/TCMRio, localizado na Rua Santa Luzia, nº 732 – Centro, Rio de Janeiro/RJ, em dia de expediente, no horário das 10h às 16h.

5.5.1. A data da entrega deverá ser agendada junto à Divisão de Material e Patrimônio - DMP/TCMRio, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, por meio do telefone 21 3824-3611.

5.6. Os materiais deverão ser entregues devidamente protegidos e embalados adequadamente contra danos provenientes do transporte e manuseio, acompanhados das respectivas Notas Fiscais.

5.7. A simples assinatura em canhoto da Nota Fiscal/Fatura ou Conhecimento de Transporte implica apenas no recebimento provisório.

5.8. O recebimento definitivo dar-se-á apenas após a verificação de sua conformidade com as especificações constantes na Nota de Empenho.

LICITAÇÃO POR DISPENSA ELETRÔNICA Nº TCMRio 22/2026

6. DA GARANTIA

- 6.1. O prazo de garantia deverá ser de, no mínimo, 3 (três) meses.
- 6.2. O período de garantia será iniciado somente após o aceite definitivo do Contratante.

7. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

- 7.1. O Contrato para a presente Contratação será substituído pela Nota de Empenho, de acordo com o previsto na legislação vigente, onde constará a vinculação aos termos do Edital.
- 7.2. Depois de homologado o resultado desta Contratação, a adjudicatária será convocada para retirar a Nota de Empenho, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 7.3. Alternativamente à convocação para comparecer para retirar a Nota de Empenho, a Administração poderá encaminhar o referido documento para aceite da adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para registro do aceite no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.
- 7.3.1. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da adjudicatária e aceita pela Administração.
- 7.4. Caso a Adjudicatária não retire a nota de empenho ou não registre o aceite, poderá o Pregoeiro convocar outro licitante para celebrar a contratação, desde que respeitada a ordem de classificação, após a verificação da aceitabilidade da proposta e comprovados os requisitos de habilitação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital e das demais cominações legais.

8. DO PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento será creditado em nome da Contratada, mediante ordem bancária para crédito em conta corrente por ela indicada ou por meio de ordem bancária para pagamento de boleto/fatura, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados da sua apresentação, atestado por dois servidores do setor competente deste Tribunal, após a regular liquidação da despesa, na forma da legislação vigente.
- 8.1.1. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, por exemplo, a inadimplência contratual, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 9.1. É vedada a subcontratação total do objeto desta contratação.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 10.1. Entregar os materiais em perfeitas condições no ato de recebimento, com todas as funcionalidades previstas neste Termos de Referência, na quantidade, prazos, qualidade e marca licitada, por sua exclusiva conta e responsabilidade, no local indicado pelo Contratante.

LICITAÇÃO POR DISPENSA ELETRÔNICA Nº TCMRio 22/2026

10.2. Assumir inteira responsabilidade pelo fornecimento e entrega do equipamento, não podendo transferi-la a outrem, no todo ou em parte, sem prévia e expressa anuência do Contratante.

10.3. Designar preposto para recebimento das notificações referentes a esta contratação, com indicação de e-mail e telefone.

10.4. Discriminar na nota fiscal as especificações do equipamento de modo idêntico àqueles apresentados na proposta.

10.5. Efetuar a troca quando o material estiver fora da especificação ou impróprio para o uso, sem ônus para a Administração, arcando com todas as despesas inerentes ao transporte, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data da efetiva notificação do TCMRio.

10.6. Se o equipamento objeto da troca referida no subitem anterior também se encontrar fora da especificação ou impróprio para o uso, a Contratada deverá substituí-lo no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, a contar da data da efetiva notificação.

10.7. Substituir ou reparar, às suas expensas, no prazo fixado neste T.R., o objeto com avarias ou defeitos.

10.8. A Contratada deverá recolher, por sua conta e inteira responsabilidade, todos os impostos, taxas e contribuições que incidam sobre os materiais/serviços, inclusive os de natureza social, trabalhista e previdenciária.

10.9. Responsabilizar-se pelos danos que porventura sejam causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega ao TCMRio, incluindo as entregas feitas por transportadoras.

11. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

11.1. Atestar a Nota Fiscal.

11.2. Efetuar o pagamento devido no prazo estabelecido.

11.3. Propiciar à Contratada todas as facilidades de acesso aos locais onde serão entregues os produtos.

11.4. Devolver, com a devida justificativa, qualquer material entregue fora das especificações.

11.5. Notificar a Contratada, por escrito, acerca de imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, a fim de que seja substituído, reparado ou corrigido.

11.6. Aplicar as penalidades cabíveis, previstas neste Termo de Referência e na Legislação vigente.

12. DA SUSTENTABILIDADE

12.1. O produto ofertado deve observar os critérios de sustentabilidade ambiental, social e econômica decorrentes de sua fabricação e descarte, nos termos da legislação de regência e suas eventuais alterações.

12.2. O produto deve atender a todas as disposições da ABNT NBR 15071 - Dispositivos auxiliares

LICITAÇÃO POR DISPENSA ELETRÔNICA Nº TCMRio 22/2026

— Cones para sinalização viária.

12.3. As formas e dimensões do produto, dispostas na norma acima, são reproduzidas no Apêndice A deste Termo de Referência.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quais sejam:

13.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

13.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

13.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

13.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

13.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

13.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

13.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

13.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

13.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

a) Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

13.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;

13.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 13.1.1 deste Termo de Referência, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta

LICITAÇÃO POR DISPENSA ELETRÔNICA Nº TCMRio 22/2026

do fornecedor, por qualquer das infrações estabelecidas nos subitens 13.1.1 a 13.1.12;

- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 13.1.2 a 13.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 13.1.8 a 13.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;
 - a. Na aplicação das sanções serão considerados:
 - b. a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - c. as peculiaridades do caso concreto;
 - d. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - e. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - f. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
 - g. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
 - h. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, acaba com a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
 - i. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
 - j. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização.
 - k. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
 - l. O processamento do Processo Administrativo de Responsabilização não interfere no

LICITAÇÃO POR DISPENSA ELETRÔNICA Nº TCMRio 22/2026

seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

- m. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021.
- n. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

APÊNDICE A

Cone para sinalização viária – Forma e dimensões

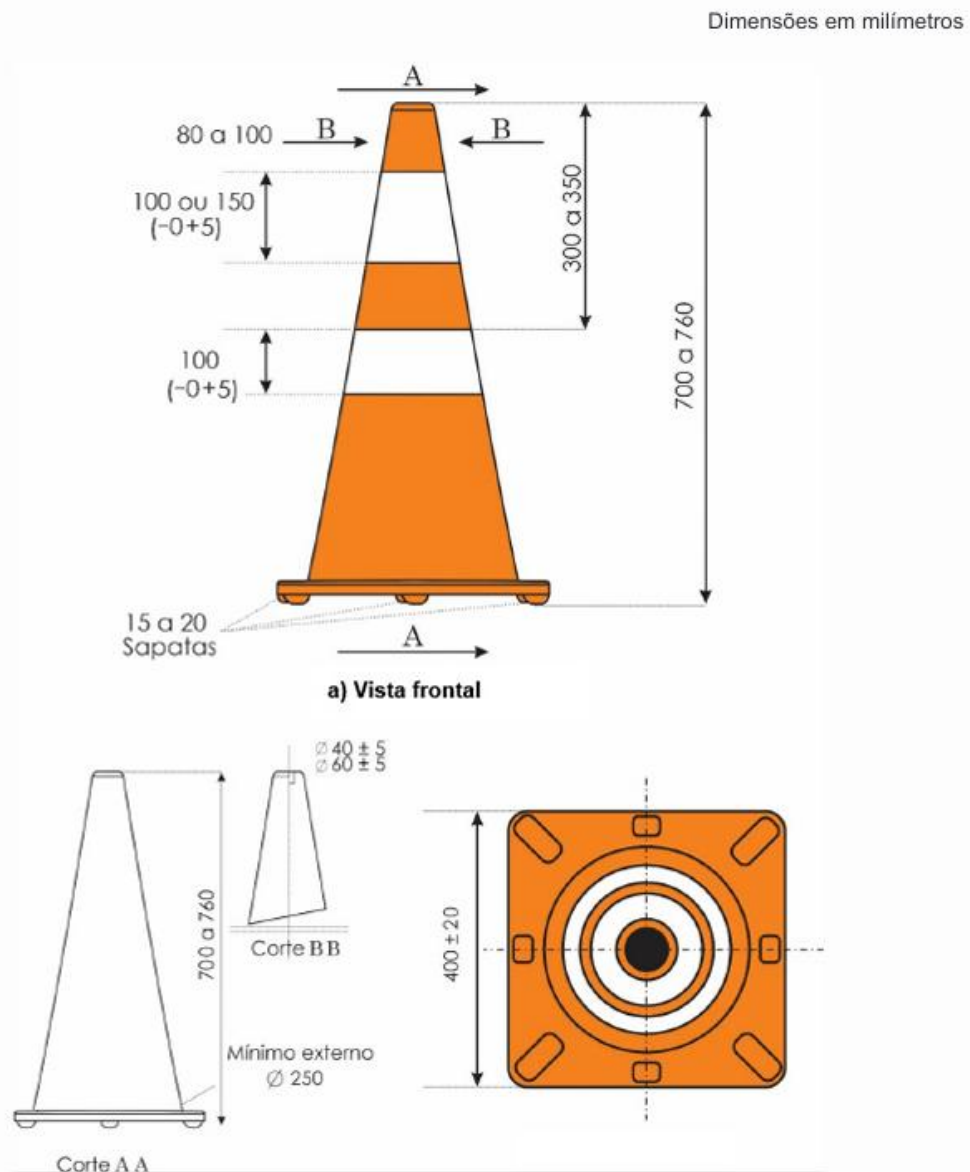


Figura A.1 – Forma e dimensões